

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório nº 23/2024. Pregão Eletrônico nº 06/2024.

Objeto: objeto <u>a aquisição de cadeiras tipo longarina 2 e 3 lugares</u>, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como **Anexo I**. Critério de menor preço por lote; recurso próprio.

<u>Participação</u>: mediante cadastro e juntada dos documentos de habilitação e proposta na plataforma eletrônica Licitar Digital - www.licitardigital.com.br .

<u>Legislação</u>: Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal 123/2006, Portaria 05/2024 da Câmara Municipal de Corinto, Princípios do Direito Administrativo, Código de Defesa do Consumidor e, subsidiariamente, Código Civil.

Interessado: Diretor Geral da Câmara Municipal de Corinto.

1. PREÂMBULO.

- 1.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE CORINTO, CNPJ 20.572.350/0001-30, por meio de sua Pregoeira (Portaria 02/2024) e Equipe de Apoio, com endereço na Rua Dr. Antônio Alvarenga, 12, Centro, CEP 39200-000, Corinto MG, na forma da Lei Federal 14.133/2021, TORNA PÚBLICO a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 06/2024, critério de menor preço por item, em modo de disputa ABERTA, no Sistema de Registro de Preços.
- 1.2. A licitação será realizada através de sistema eletrônico de licitações. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas e documentos de habilitação é o www.licitardigital.com.br. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, conforme datas e horários definidos abaixo:

Interessado:	Câmara Municipal de Corinto -
	MG.



Recebimento das propostas:	Até às 13:00 horas do dia
	22/11/2024.
Data de abertura das propostas:	22/11/2024
Horário e data da Sessão para	Às 13h30 horas do dia 22/11/2024.
abertura das propostas:	
Referência de tempo:	Horário de Brasília-DF.
Agente de Contratação /	Érica Medeiros de Oliveira,
Pregoeiro	Portaria 02/2024
Local da Sessão Pública	Plataforma de Licitações Licitar
	Digital -
	www.licitardigital.com.br

- 1.3. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Câmara Municipal de Corinto (cmcorinto.licitacao@gmail.com), na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) e também no prédio sede da Câmara Municipal de Corinto, em dias e horários de expediente. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site eletrônico oficial.
- 1.4. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado.

2- OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a aquisição de cadeiras tipo longarina 2 e 3 lugares, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como Anexo I. Licitação tipo menor preço por item no regime de empreitada por preço unitário, com os produtos sendo entregues no endereço da Câmara Municipal de Corinto.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **3.1.** Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.
- 3.2. Não poderão participar do presente certame:
- **3.2.1.** Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;



- **3.2.2.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- **3.2.3.** Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- **3.2.4.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8°, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- **3.2.5.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- **3.2.6.** Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9°, \$1°, da Lei n.º 14.133/2021;
- **3.2.6.1.** Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9° \$1°, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 3.2.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 3.2.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência; em caso de recuperação judicial e/ou extrajudicial na forma da Lei Federal 11.101/2005 ou norma específica, a pessoa jurídica poderá participar deste procedimento mediante a apresentação de documento expedido pela autoridade competente que autorize a empresa a participar de licitações e de contratar com o Poder Público (TCEMG. Processo 1107652 Denúncia. Relator Cons. Wanderley Ávila. Deliberado em 24/6/2023. Publicado no DOC em 21/7/2023);
- 3.3 Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma Licitar Digital, o que poderá ser realizado no seguinte endereço eletrônico: www.licitardigital.com.br.
- **3.4** A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **4.1.** Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Ato Convocatório, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise cabendo a PREGOEIRA decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis.**
- 4.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do Certame.
- **4.2.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que



anteceder à data de realização da sessão pública, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- **5.2** Para acesso ao citado sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
- 5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao órgão promotor da licitação e/ou o provedor do sistema a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- **5.4.** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **5.5.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- **5.6.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 5.7 COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:
 - () Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal n° 14.133/21.
 - () Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
 - () Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/21.
 - () Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento



convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

- () Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, \$1°, da Lei Federal n° 14.133/21.
- () Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- () Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei n° 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7°, da Constituição Federal/88.
- () Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- () Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- () Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.
- () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos
- 5.8 O cumprimento do disposto no item 5.7 acima dispensa a apresentação de declarações com mesmo conteúdo, salvo se houve solicitação por meio de diligência.
- 5.9 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
- **6.3.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1° da LC n° 123, de 2006.
- **6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **6.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- **6.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **6.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando confirmação à daqueles exigidos no apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no máximo 02 (duas) horas, sob Será aplicado no presente inabilitação, podendo ser prorrogado. edital o entendimento adotado pelo TCU: "Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).
- **6.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



- **6.9.1.** Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.
- **6.10.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **6.11.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- **6.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **6.13.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 7.1.1. Valor unitário e total do lote e/ou seus itens;
 - 7.1.2. Marca dos produtos ofertados.
 - **7.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
- **7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- **7.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- **7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **7.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.



- **7.7.** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.
- 7.8 Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, a seguir i nformada:

8.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.1.1. Registro comercial no caso de firma individual;
- **8.1.2.** Ato constitutivo consolidado (estatuto social, contrato social etc) em vigor devidamente registrado junto órgão competente, onde se possa identificar o administrador;
- **8.1.3.** Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- **8.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual
- e Fazenda Pública Municipal correspondente ao domicílio/sede do licitante;
- d) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);
- e) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);



f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

8.3. Prova de regularidade econômico-financeira/Técnica:

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica vigente. Será possível a participação neste procedimento de pessoa jurídica em recuperação judicial, desde que amparada em certidão/documento emitido por agente público do órgão jurisdicional ou outro órgão competente, que certifique que a interessada está apta a participar de procedimento licitatório perante a Administração Pública. (Processo 1107652 - Denúncia. Relator Cons. Wanderley Ávila. Deliberado em 24/6/2023. Publicado no DOC em 21/7/2023)

Nota - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no termo de referência.
- 9.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo



imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- **9.7.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.
- **9.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **9.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **9.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 20,00.
- **9.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 9.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- **9.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **9.19.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **9.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas



da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **9.22.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC n° 123/2006.
- **9.23.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.24. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- **9.25.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **9.26.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- **9.28.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n° 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - **9.28.1** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



- 9.28.2 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.28.3 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.28.4 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.28.5 Empresas brasileiras;
- **9.28.6** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.28.7 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- **9.29.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.32. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto, quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.33. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Lei Federal 14.133/2021.



- 10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.3. Qualquer interessado poderá requerer realizem que se diligências para aferir exequibilidade legalidade а das propostas, devendo apresentar as provas Ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 10.5. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 10.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.7.1 Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.
- 10.8. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.9. A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 10.10. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo "chat".



11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 11.1. Para julgamento, será adotado o critério MENOR PREÇO, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 11.2. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.
- 11.3. Se a proposta de menor valor/maior vantajosidade não for se o licitante desatender às exigências habilitação, (a) pregoeiro (a) poderá examinar 0 a proposta verificando a sua aceitabilidade e procederá verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 11.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerá o último e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- 11.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- 11.6. Serão rejeitadas as propostas que:
- 11.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação (ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
- 11.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.
- 11.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.
- 11.7.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 11.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.
- 11.9. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou



inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

- 12.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.
- 12.1.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 03 (três) horas, ou em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.
- 12.1.2. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.
- 12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail (cmcorinto.licitacao@gmail.com) a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 48 horas;

13 - DO RECURSO

13.1 – A Pregoeira declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de ME/EPP ou de sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (15) quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

- 13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.
- 13.3. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 13.3.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 13.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de



recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

- 13.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 15.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.
- **15.2.** O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo ou outra for sua decisão.
- 15.3. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

16 - DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16. O contrato decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificado na minuta contratual.



16.3. Se a empresa vencedora deixar de executar o objeto dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da Contratada constam do Termo de Referência anexo deste Edital.

18 - DO CONTRATO

- 18.1 Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta ANEXO (II), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.
- 18.1.1. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.
- 18.2 O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações da Contratante constam do Termo de Referência anexo deste Edital.

20 - DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1 A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Contratante, por intermédio da Direção Geral da Câmara Municipal de Corinto, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando a empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
- 20.2 Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Contratante e terá as seguintes atribuições:
 - a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
 - b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações deste edital/anexos e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;



- c) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega do objeto;
- d) Agir e decidir em nome do Contratante, inclusive para rejeitar o objeto fornecido/executado em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Coletar, se julgar necessário, amostra de todos os itens, para realização de análise;
- f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do produto/servico;
- g) Certificar a Nota Fiscal após a verificação da perfeita compatibilidade entre o objeto entregue;
- h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s)à empresa vencedora;
- 1) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

21. DO PAGAMENTO

- 21.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da nota fiscal, tendo a Administração o prazo de até 30 (trinta dias) dias para efetuar o pagamento, desde que o documento esteja em condições de liquidação e pagamento. Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.
- 21.2. Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal os dados bancários para pagamento. O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: cmcorinto.diretoriageral@gmail.com
- 21.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após



- a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Contratante.
- **21.4.** A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada, observado a ampla defesa.
- 21.5. O Contratante poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço de qualquer fatura apresentada pela Contratada caso verificadas uma das hipóteses abaixo, e enquanto perdurar o ato/fato não será devido qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
- a) A Contratada deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Contratante nos termos do presente edital;
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;
- c) A Contratada retarde indevidamente a execução do objeto contratado;
- d) Débito da Contratada para com o Contratante, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos; e
- e) Nas demais hipóteses previstas neste Edital/anexos e na Lei Federal 14.133/2021 e respectiva regulamentação indicada neste instrumento convocatório.

22 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **22.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar, após ampla defesa, as seguintes sanções:
- a) Advertência pelo atraso de até cinco dias úteis, e sem prejuízo da entrega do objeto.
- b) Multa de 3% até 10% do valor total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de atraso superior a cinco dias úteis ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de 5% até 10% do total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de 7% até 15% sobre o valor total ordem de fornecimento ou instrumento similar, se deixar de entregar o produto, se não prestar o serviço o serviço, ou se não executar a obra a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, $$4^{\circ}$, da Lei 14.133/2021;



- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5°, da Lei 14.133/2021.
- **22.2.** As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.
- **22.3.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

- **22.4.1.** As sanções de impedimento de licitar, contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Contratante poderá ser também aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, àqueles que:
- 22.4.1.1. Retardarem a execução do pregão;
- **22.4.1.2.** Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- 22.4.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

23 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

23.1 - O Objeto contratado terá vigência até 31/12/2024, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme, art. 105 e seguintes da Lei Federal n° 14.133/2021.

24 - DO REAJUSTAMENTO

24.1. Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

25 - DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

25.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei n° 14.133/21.

26 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 26.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- 26.1.1. Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
- **26.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- **26.1.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.



- **26.1.3.1.** O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- **26.1.3.2.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

27 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **27.1.** Homologada a licitação, o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.
- 27.2. Caso o adjudicatário não execute o objeto deste certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do objeto.
- **27.3.** É facultado à **PREGOEIRA** ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- **27.4.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- **27.5.** Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em executar o objeto dentro do prazo estabelecido neste edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando- o às penalidades legalmente estabelecidas
- 27.6. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- **27.7.** Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, especialmente nos seus artigos 137 a 139.
- **27.8.** A autoridade competente poderá, nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, art. 125 da Lei 14;133/2021.
- **27.9.** A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica.
- **27.10.** É vedada a subcontratar total ou parcial do objeto sem autorização expressa da Administração.
- 27.11. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de



ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

- 27.12. A Administração poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 27.13. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo (a) Pregoeiro pela plataforma de licitações Licitar (a) (www.licitardigital.com.br).
- 27.14. Integram o Presente Edital:
 - a) Anexo I Termo de Referência;
 - b) Anexo II Minuta da ARP;
 - c) Anexo III Minuta do Contrato
- **27.15**. Interessados poderão adquirir cópia do Edital via download do arquivo através do Portal Eletrônico http://www.licitardigital.com.br ou https://www.cmcorinto.mg.gov.br/licitacoes.aspx.
- **27.16.** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado configura automático e incondicional aceitação de seus termos, independente de transcrição, bem como representa conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 27.17. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
- **27.18.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 27.19. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, art. 59, § 2°, c/c art. 64 da Lei Federal n° 14.133/2021.
- **27.20.** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e



administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código Penal Brasileiro.

- 27.21. O Contratante reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público; e/ou anulá-la por vício ou ilegalidade. O Licitante poderá prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 27.22. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 27.23. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Entidade promotora desta licitação, nos dias úteis, das 13h às 17h, ou pelo telefone (38) 3751 2200 e e-mail: cmcorinto.licitacao@gmail.com. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico http://www.licitardigital.com.br.

Corinto - MG, 07/11/2024.

Érica Medeiros de Oliveira Pregoeira da Câmara Municipal de Corinto



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 23/2024.

Pregão Eletrônico nº 06/2024.

Data da Sessão: 22/11/2024

Horário: 13h30min

1. OBJETO:

- 1.1. É objeto deste Anexo e respectivo processo licitatório <u>a</u> <u>aquisição de cadeiras tipo longarina 2 e 3 lugares</u> conforme especificações constantes deste Termo de Referência que integra respectivo Edital.
- 1.2. Licitação tipo <u>menor preço por lote</u>. Regime de execução do contrato/ata será empreitada por preço unitário, art. 6°, XXVIII, da Lei 14.133/2021, com o objeto sendo entregue na sede da Câmara no Município de Corinto MG.
- 2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO.
- 2.1 Como sabido, as cadeiras especificadas abaixo são produzidas em escala industrial por diferentes fabricantes, sendo que as medidas são comuns no mercado. Assim, o objeto a ser contratado é de natureza comum, artigos 6°, XLI, e 29 da Lei Federal 14.133/2021.
- 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.
- 3.1 A Câmara Municipal de Corinto, está trabalhando na modernização do Plenário Vereador José Caldeira e para tanto se faz necessário a aquisição de mobiliário adequado e essencial para promover o bemestar dos usuários e garantir eficiência nas reuniões ordinárias. É fundamental que os móveis sejam funcionais, facilitando a limpeza e a manutenção dos espaços.

Os móveis a serem adquiridos terão impacto direto no Plenário Vereador José Caldeira, contribuindo para a organização e o conforto dos participantes, além de otimizar e subsidiar todo o processo das reuniões. A escolha das longarinas também visa reduzir riscos ergonômicos para os convidados e demais usuários.

4. DO LOCAL DE FORNECIMENTO:



- 4.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue e instalado na Câmara Municipal localizada na Rua Dr. Antônio Alvarenga, 12, Centro, Corinto MG, no horário compreendido entre as 09 horas e as 17 horas, cabendo ao contratante a fiscalização do contrato no que se refere a conformidade e qualidade dos produtos entregues.
- 4.2. Forma e <u>prazo de entrega</u>: O objeto deverá ser entregue no prazo de até <u>cinco dias úteis</u> contados da solicitação ou instrumento similar, com possibilidade de dilação de prazo de até cinco dias úteis mediante solicitação fundamentada.
- 4.3. Ao Contratante reserva-se o direito de não aceitar os produtos/matérias que estiverem em desacordo com o previsto no edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021.;
- 4.4. A entrega do objeto deverá ocorrer conforme estimativa realizada no instrumento convocatório e programação da Contratante;
- 4.5. Constatadas irregularidades na execução do objeto licitado, a Contratante poderá:
- I Se disser respeito à especificação, a Administração Municipal poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 II Na hipótese de substituição, a empresa contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação;
- 4.6. Os produtos deverão ser novos.

5. FORMA DE PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado mediante a apresentação da nota fiscal, tendo a Administração o prazo de até 30 (trinta dias) dias para efetuar o pagamento, desde que o documento esteja em condições de liquidação e pagamento. Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.

- 6. Validade da proposta: mínimo de 60 dias da data da Sessão.
- 7. Regime contratual é o de empreitada preço unitário nos preços propostos deverão estar incluídas as despesas como tributos, fretes, transporte, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas,



tributários, fiscais ou quaisquer outras despesas incidentes sobre os servicos licitados.

- 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 8.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
- 8.1.1. Manter e-mail institucional devidamente atualizado para o recebimento de contrato, ata de registro de preços e demais atos oficiais do Contratante.
- 8.1.2. Sendo o caso, assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido neste edital.
- 8.1.3. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao CONTRATANTE.
- 8.1.4. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.
- 8.1.5. O recebimento dos produtos será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta. O recebimento dos produtos será efetivado da seguinte forma:
 - I Provisoriamente, no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos/materiais ofertados com as especificações constantes no Termo de Referência;
 - II Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, após terem sido examinados e considerados em perfeitas condições de uso.
- 8.1.6. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo CONTRATANTE caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- 8.1.7. Garantir os materiais/equipamentos contra defeitos de fabricação e também contra vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega.
- 8.1.8. Fornecer produto novo com boa qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- 8.1.9. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega/instalação, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo contratante, conforme quantitativos dos produtos



adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

- 8.1.10. Substituir, no prazo máximo de 5 dias úteis, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no referido prazo, podendo o CONTRATANTE conceder prazo maior.
- 8.1.11. Substituir objeto quando o produto for entregue com defeito. 8.1.12. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, inclusive prevenção contra intempéries durante o transporte.
- 8.1.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- 8.1.14. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
- 8.1.15. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.16. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- 8.1.17. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- 8.1.18. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração;
- 17.1.15. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.
- 8.2. São obrigações do Contratante:
- 8.2.2. Constituem obrigações do Contratante, além da constante do art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.



- 8.2.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;
- 8.2.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- 8.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- 8.2.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;
- 8.2.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato;
- 8.2.8. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.

9. Demais disposições a serem observadas pela contratada.

9.1. Especificações do objeto:

- **Produto**: fornecimento de cadeiras tipo longarina, com 3 (três) lugares e 2 (dois) lugares por modulo.
- Material: estrutura em aço ou alumínio resistente.
- Ergonomia e Conforto: o modelo deve atender as normas de ergonomia (ABNT NBR 13962), proporcionando conforto adequado e suporte ao usuário, com design que garanta uma postura correta.
- Acabamento: Pintura de boa qualidade, livre de rebarbas ou defeitos, e com bordas arredondadas para evitar acidentes.
- Resistência: as cadeiras devem suportar até 150 kg por assento.
- Cor: a cor será preto ou outro tom escuro, conforme solicitação.
- Qualidade: o contratado deve garantir que as longarinas atendam a todas as especificações técnicas e normas de qualidade estabelecidas.
- Entrega: o contratado deve realizar a entrega dos produtos na sede da Contratante, dentro do prazo estipulado no contrato, com todos os itens devidamente protegidos e em perfeito estado.
- Montagem e instalação: o contratado será responsável pela montagem e instalação das longarinas no local especificado, com todos os ajustes necessários para garantir a estabilidade e a segurança do mobiliário. As longarinas não serão fixadas no piso, devendo o contratado entregar as longarinas montadas para imediato uso do público.



- Garantia: deve ser oferecida garantia mínima de 06 meses contra defeitos de fabricação, incluindo reposição de peças e serviços de manutenção durante o período. Em caso de defeitos no produto ou problemas na instalação, o contratado deverá providenciar a substituição ou o reparo dos itens sem custos adicionais à contratante, dentro do prazo de 10 dias a partir da notificação.
- 9.2. A Câmara Municipal não aceitará produto em desacordo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao mesmo, cabendo à fornecedora promover, à sua custa, o reparo ou a substituição, no prazo de cinco dias úteis a contar da manifestação de inconformidade por parte do contratante.
- 10. As sanções pelo descumprimento contratual e da Lei 14.133/2021 constam do Edital do qual o presente é anexo.
- 10. Considerando: licitação que **"**Em sistema para de registro de preços, não é necessária a indicação, no edital, da dotação orçamentária que lastreará futura e possível contratação, a qual somente será exigida no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil.", conforme jurisprudência do TCE-MG, (Denúncia 987456 - TRIBUNAL PLENO: 23/9/2020, RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ); as futuras aquisições serão realizadas nas dotações orçamentárias vigentes de quaisquer órgãos/entidades da Entidade contratante, independentemente de respectiva indicação interna ou no edital deste processo licitatório.

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS.

Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor	Valor
				unitário	total
01	CADEIRA ESTILO LONGARINA 2				
	(DOIS) LUGARES.	unidade	0.5	R\$	R\$
	O produto deve atender aos				
	seguintes requisitos:				
	• Cadeira tipo longarina com				
	base fixa;				
	• Base fixa em formato de "Y"				
	em aço cromado com quatro				
	sapatas;				
	• Encosto com estrutura em aço				
	perfurado e estofamento				
	revestido;				



1				ı	
	Assento com estrutura em aço				
	perfurado e estofamento				
	revestido;				
	• Braço em aço cromado com				
	formato anatômico;				
	• Dimensões Aproximadas:				
	180cmx62cmx74cm;				
	• Encosto com 50cm de largura				
	x 43cm de altura;				
	,				
	profundidade x 50cm de largura;				
	• As cadeiras devem suportar				
	até 150 kg, por assento;				
	• Estrutura em aço ou alumínio				
	resistente, tanto o assento				
	quanto o encosto devem ser de				
	material durável e estofado; o				
	revestimento do assento e do				
	encosto devem ser em material				
	sintético tipo corino, na cor				
	preta, com espuma injetada com				
	densidade mínima de 55kg/m3;				
	• O produto deve atender, no				
	que cabível, as normas da (ABNT				
	NBR 13962), proporcionando				
	conforto adequado e suporte ao				
	usuário, com design que garanta				
	l				
1	uma postura correta.				
	uma postura correta.				
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3				
02		Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES.	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos:	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa;	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y"	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas;	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas;	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido;	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; • Assento com estrutura em aço	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; • Assento com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido;	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; • Assento com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; • Braço em aço cromado com	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; • Assento com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; • Braço em aço cromado com formato anatômico;	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: Cadeira tipo longarina com base fixa; Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; Assento com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; Braço em aço cromado com formato anatômico; Dimensões Aproximadas:	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: • Cadeira tipo longarina com base fixa; • Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; • Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; • Assento com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; • Braço em aço cromado com formato anatômico; • Dimensões Aproximadas: 180cmx62cmx74cm;	Unidade	12	R\$	R\$
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES. O produto deve atender aos seguintes requisitos: Cadeira tipo longarina com base fixa; Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; Assento com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido; Braço em aço cromado com formato anatômico; Dimensões Aproximadas:	Unidade	12	R\$	R\$



•	Cada	ass	en	to d	com	40cm	de
pro	fundio	lade	Х	50cm	de	larqui	ca;

- As cadeiras devem suportar até 150 kg, por assento;
- Estrutura em aço ou alumínio resistente, tanto o assento quanto o encosto devem ser de material durável e estofado; o revestimento do assento e do encosto devem ser em material sintético tipo corino, na cor preta, com espuma injetada com densidade mínima de 55kg/m3;
- O produto deve atender, no que cabível, as normas da (ABNT NBR 13962), proporcionando conforto adequado e suporte ao usuário, com design que garanta uma postura correta.

Valor total: R\$

- Serão aceitos produtos similares aos descritos neste Termo de Referência, desde que comprovado que as características sejam iguais ou superiores.
- Caso entenda necessário, a Agente de Contratação poderá solicitar catálogo ou documento equivalente com a descrição do produto e/ou exigir do licitante vencedor a comprovação PRESENCIAL de funcionalidade segundo os parâmetros descritos acima em sua sede, mediante notificação com antecedência mínima de três dias úteis.
- A realização da licitação por lote se justifica pela idêntica natureza dos itens, de maneira que o fabricante e/ou comerciante que possui a longarina com 2 lugares terá condições de fornecer longarinas com 3 lugares, de maneira que não haverá cerceamento a ampla concorrência. A pequena quantidade das cadeiras que se pretende adquirir e a reduzida estrutura de pessoal justifica a contratação de um só fornecedor, o que resulta em eficiência e facilitação da fiscalização do contrato/ata. Além do mais, ambas as longarinas (2 e 3 lugares) se destinam a um mesmo recinto, logo, não seria razoável que modelos distintos fossem adquiridos de forma não guardarem identidade visual. Nestes termos, justifica-se a opção do formato por lote.



ANEXO II MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório n° 23/2024. Pregão Eletrônico n° 06/2024.

TIPO: MENOR PREÇO

P	2	ΙR	Р.	Έ	S	•

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE CORINTO, inscrita no CNPJ sob o n° 20.572.350/0001-30, com sede na Rua Doutor Antônio Alvarenga, 12, Centro, Município de Corinto, neste ato representado pelo presidente Thiago Vicente da Silva, CPF: 060.xxxx, RG/MG-xxxxx, SSP/MG, brasileiro, divorciado, advogado, doravante denominada CONTRATANTE;

CONTRATADA:

				,	com	sede	na
			n°		_	Bai	rro
			na	ci	dade		de
		, CEP	XXXXXXXX	Х –	UF,	inscr	ita
no CNPJ/MF	Ν.	XX.XXX.	XXX/XXXX-	XX,	nes	ste	ato
representada			pelo				seu
senhor							,
portador do	CPF	N.	XXX.XXX	.XXX	-XX,	E-M	AIL
INSTITUCIONAL	:						
doravante den	ominada	- СОМТРА					_′

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada a contratação do objeto do Pregão Eletrônico 06/2024, mediante o disposto na Lei Federal n. 14.133/2021 e em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico xx/2024 da Câmara Municipal de Corinto, seus anexos, a proposta da Contratada e todos os demais documentos referentes ao objeto deste negócio jurídico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO



- **2.1.** Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de cadeiras tipo longarina, conforme quantidades e especificações indicados na Cláusula Terceira deste instrumento e no Pregão Eletrônico n°. 06/2024.
- 2.2. A prestação do objeto deve ocorrer em conformidade com o Edital/anexos do respectivo processo licitatório, sempre com observância do princípio da boa-fé objetiva.
- 2.3. Toda e qualquer alteração no objeto deste negócio jurídico será efetivada mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO REGISTRADO

3.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

·		' 1 1 1			2
Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor	Valor
				unitário	total
01	CADEIRA ESTILO LONGARINA 2				
	(DOIS) LUGARES.	unidade	05	R\$	R\$
	O produto deve atender aos				
	seguintes requisitos:				
	• Cadeira tipo longarina com				
	base fixa;				
	• Base fixa em formato de "Y"				
	em aço cromado com quatro				
	sapatas;				
	• Encosto com estrutura em aço				
	perfurado e estofamento				
	revestido;				
	• Assento com estrutura em aço				
	perfurado e estofamento				
	revestido;				
	• Braço em aço cromado com				
	formato anatômico;				
	• Dimensões Aproximadas:				
	180cmx62cmx74cm;				
	• Encosto com 50cm de largura				
	x 43cm de altura;				
	• Cada assento com 40cm de				
	profundidade x 50cm de largura;				
	• As cadeiras devem suportar				
	até 150 kg, por assento;				
	• Estrutura em aço ou alumínio				
	resistente, tanto o assento				
	quanto o encosto devem ser de				
	material durável e estofado; o				



revestimento do assent encosto devem ser em m sintético tipo corino, preta, com espuma injet densidade mínima de 55k • O produto deve aten que cabível, as normas o NBR 13962), proporo conforto adequado e sur usuário, com design que uma postura correta.	naterial na cor cada com cg/m3; der, no da (ABNT cionando corte ao				
CADEIRA ESTILO LONGARIN (TRÊS) LUGARES. O produto deve atend seguintes requisitos: Cadeira tipo longar base fixa; Base fixa em formato em aço cromado com sapatas; Encosto com estrutura perfurado e esto revestido; Braço em aço cromado revestido; Braço em aço cromado revestido; Dimensões Aprox 180cmx62cmx74cm; Encosto com 50cm de x 43cm de altura; Cada assento com profundidade x 50cm de até 150 kg, por assento estrutura em aço ou a resistente, tanto o quanto o encosto devem material durável e esto revestimento do assentencosto devem ser em resintético tipo corino, preta, com espuma injet densidade mínima de 55k O produto deve aten que cabível, as normas on NBR 13962), proporto conforto adequado e sug	der aos ina com de "Y" quatro a em aço ofamento a em aço ofamento ado com «imadas: largura locm de largura; suportar o; alumínio assento ser de ofado; o co e do naterial na cor ada com ag/m3; der, no da (ABNT cionando	Unidade	12	R\$	R\$



	usuário, com design que garanta uma postura correta.		
Valor	total: R\$		

- **3.2.** Todas as disposições do edital e respectivos anexos ficam fazendo parte do presente, em especial o Termo de Referência.
- **3.3.** O valor total do presente instrumento de negócio jurídico é R\$ xx,xx, distribuídos na forma do quadro acima. O pagamento será realizado na seguinte forma:
- **3.4.** No preço contratado estão incluídas todas as despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

- 5.1. O objeto deste negócio jurídico deverá ser entregue na Câmara Municipal localizada na Rua Dr. Antônio Alvarenga, 12, Centro, Corinto MG, no horário compreendido entre as 08 horas e as 17 horas, cabendo ao contratante a fiscalização do contrato no que se refere a conformidade e qualidade dos produtos entregues.
- 5.2. Forma e **prazo de entrega**: o objeto deverá ser entregue no prazo de <u>cinco dias úteis</u> contados da solicitação ou instrumento similar, com possibilidade de prorrogação mediante solicitação justificada.
- 5.3. Ao Contratante reserva-se o direito de não aceitar os produtos/matérias que estiverem em desacordo com o previsto no edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021.;
- 5.4. A entrega do objeto deverá ocorrer em conforme estimativa realizada no instrumento convocatório e programação da Contratante;
- 5.5. Constatadas irregularidades na execução do objeto licitado, a Contratante poderá:
- I Se disser respeito à especificação, a Administração Municipal poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição



ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis; II - Na hipótese de substituição, a empresa contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação; 5.6. Os produtos deverão ser novos.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **6.1.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano** podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei n° 14.133/2021.
- **6.2.** A vigência dos contratos decorrentes do presente Sistema de Registro de Preços será definida nos respectivos instrumentos, observado o disposto nos artigos 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.
- **6.3.** O pedido de prorrogação de prazo para execução do objeto somente será deferido mediante prévia fundamentação.
- **6.4.** Se a Contratada deixar de executar o objeto dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
- 7.1.1. Manter e-mail institucional devidamente atualizado para o recebimento de contrato, ata de registro de preços e demais atos oficiais do Contratante.
- 7.1.2. Sendo o caso, assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido neste edital.
- 7.1.3. Efetuar a entrega e instalação do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao **CONTRATANTE**.
- 7.1.4. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.
- 7.1.5. O recebimento dos equipamentos será provisória para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta. O recebimento dos produtos será efetivado da seguinte forma:



- I Provisoriamente, no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos/materiais ofertados com as especificações constantes no Termo de Referência;
- II Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, após terem sido examinados e considerados em perfeitas condições de uso.
- 7.1.6. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo **CONTRATANTE**, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- 7.1.7. Garantir os materiais/equipamentos contra defeitos de fabricação e também contra vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega.
- 7.1.8. Fornecer produto novo com boa qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- 7.1.9. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo contratante conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- 7.1.10. Substituir, no prazo máximo de 5 dias úteis, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no referido prazo, podendo o CONTRATANTE conceder prazo maior.
- 7.1.11. Substituir objeto quando o produto for entregue com defeito. 7.1.12. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, inclusive prevenção contra intempéries durante o transporte.
- 7.1.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.



- 7.1.14. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
- 7.1.15. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.1.16. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- 7.1.17. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- 7.1.18. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração;
- 7.1.19. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1.1. Constituem obrigações do Contratante, além da constante do art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.
- 8.1.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;
- 8.1.3. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- 8.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento na forma ajustada;
- 8.1.6. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital;
- 8.1.7. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A entrega do objeto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Contratante por intermédio do Diretor Geral da Câmara, que acompanhará a entrega do produto/serviço de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando a empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
- **9.2.** Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização do Contratante terá as seguintes atribuições:



- a) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
- b) Assegurar ao contratado acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria, conforme a natureza do objeto.
- c) Agir e decidir em nome do Contratante, inclusive para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas.
- d) Comunicar a Contratada quanto à rejeição do(s) produto(s).
- e) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
- f) Exigir da Contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
- g) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.
- h) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, a Contratada, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
- i) No exercício de suas atribuições, fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da nota fiscal, tendo a Administração o prazo de até 30 (trinta dias) dias para efetuar o pagamento, desde que o documento esteja em condições de liquidação e pagamento. Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.
- 10.2. Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal os dados bancários para pagamento.
- 10.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Contratante.
- 10.4. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada, observado a ampla defesa.



- 10.5. O Contratante poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço de qualquer fatura apresentada pela Contratada caso verificadas uma das hipóteses abaixo, e enquanto perdurar o ato/fato não será devido qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
- a) A Contratada deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Contratante nos termos do presente edital;
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;
- c) A Contratada retarde indevidamente a execução do objeto contratado;
- d) Débito da Contratada para com o Contratante, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos; e
- e) Nas demais hipóteses previstas no Edital/anexos, na Lei Federal 14.133/2021 e respectiva regulamentação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DO REAJUSTAMENTO

- 11.1. O reajuste de preços será calculado após doze meses pelo INPC (IBGE).
- 11.2. A revisão, reajuste e a repactuação serão efetivamos conforme entendimento do TCE-MG proferido nos autos do: Processo 1121130, Consulta, Tribunal Pleno. Rel. Cons. Cláudio Couto Terrão, Deliberado em 6/12/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **12.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar, após ampla defesa, as seguintes sanções:
- a) Advertência pelo atraso de até cinco dias úteis, e sem prejuízo da entrega do objeto.
- b) Multa de 3% até 10% do valor total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de atraso superior a cinco dias úteis ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de 5% até 10% do total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de 7% até 15% sobre o valor total da ordem de fornecimento ou instrumento similar, se deixar de entregar o produto, se não prestar o serviço o serviço, ou se não executar o objeto, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.



- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, $$4^{\circ}$, da Lei 14.133/2021;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5°, da Lei 14.133/2021.
- 12.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.
- 12.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.3. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

- 12.3.1. As sanções de impedimento de licitar, contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Contratante poderá ser também aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, àqueles que:
- 12.3.2. Retardarem a execução do pregão;
- **22.4.3.** Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- 22.4.4. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 13.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- 13.1.1. Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
- 13.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 13.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
- 13.2. O cancelamento do Registro, após ampla defesa, será formalizado por decisão da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, edital/anexos do processo licitatório e supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



14.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta prévia para manifestação sobre a possibilidade de adesão e autorização do Órgão Gerenciador, inclusive quanto ao quantitativo, e desde que submetida à anuência do fornecedor beneficiário, o qual deve optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrentes da adesão, conforme a Lei 14.133/2021, especialmente seu art. 86.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro de Corinto-MG, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Local e Data.

Contratante

Contratado



ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

Processo Licitatório n° 23/2024. Pregão Eletrônico n° 06/2024. Contrato administrativo n°. xx/2024.

PARTES:	
CONTRATANTE:	CÂMARA MUNICIPAL DE CORINTO, inscrita no CNPJ sob o n° 20.572.350/0001-30, com sede na Rua Doutor Antônio Alvarenga, 12, Centro, Município de Corinto, neste ato representado pelo presidente Thiago Vicente da Silva, CPF: 060.xxxx, RG/MG-xxxxx, SSP/MG, brasileiro, divorciado, advogado, doravante
	denominada CONTRATANTE;
CONTRATADA:	
	senhor, portador do CPF N. XXX.XXX.XXX-XX, E-MAIL INSTITUCIONAL:,
	doravante denominada CONTRATADA .

Pelo presente contrato as partes acima qualificadas firmam o presente negócio jurídico em razão e na forma do Pregão Eletrônico 06/2024, mediante o disposto na Lei Federal n. 14.133/2021 e em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico 06/2024 da Câmara Municipal de Corinto, seus anexos, a proposta da Contratada e todos os demais documentos referentes ao objeto deste negócio jurídico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO



2.1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição de cadeiras em longarina, conforme segue:

Lote	Descrição	Unidade	Quant.		Valor
				unitário	total
01	CADEIRA ESTILO LONGARINA 2 (DOIS) LUGARES.	unidade	05	R\$	R\$
	O produto deve atender aos seguintes requisitos:Cadeira tipo longarina com				
	base fixa;				
	• Base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas;				
	• Encosto com estrutura em aço perfurado e estofamento revestido;				
	• Assento com estrutura em aço perfurado e estofamento				
	revestido; • Braço em aço cromado com				
	<pre>formato anatômico; • Dimensões Aproximadas: 180cmx62cmx74cm;</pre>				
	• Encosto com 50cm de largura x 43cm de altura;				
	• Cada assento com 40cm de profundidade x 50cm de largura;				
	• As cadeiras devem suportar até 150 kg, por assento;				
	• Estrutura em aço ou alumínio resistente, tanto o assento				
	quanto o encosto devem ser de material durável e estofado; o revestimento do assento e do				
	encosto devem ser em material sintético tipo corino, na cor				
	<pre>preta, com espuma injetada com densidade mínima de 55kg/m3;</pre>				
	• O produto deve atender, no que cabível, as normas da (ABNT NBR 13962), proporcionando				
	conforto adequado e suporte ao usuário, com design que garanta				
	uma postura correta.				
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3 (TRÊS) LUGARES.	Unidade	12	R\$	R\$
	O produto deve atender aos seguintes requisitos:				



			1	I .
	Cadeira tipo longarina com			
	base fixa;			
	Base fixa em formato de "Y"			
	em aço cromado com quatro			
	sapatas;			
	• Encosto com estrutura em aço			
	perfurado e estofamento			
	revestido;			
	Assento com estrutura em aço			
	perfurado e estofamento			
	revestido;			
	• Braço em aço cromado com			
	formato anatômico;			
	• Dimensões Aproximadas:			
	180cmx62cmx74cm;			
	• Encosto com 50cm de largura			
	x 43cm de altura;			
	• Cada assento com 40cm de			
	profundidade x 50cm de largura;			
	• As cadeiras devem suportar			
	até 150 kg, por assento;			
	• Estrutura em aço ou alumínio			
	resistente, tanto o assento			
	quanto o encosto devem ser de			
	material durável e estofado; o			
	revestimento do assento e do			
	encosto devem ser em material			
	sintético tipo corino, na cor			
	preta, com espuma injetada com			
	densidade mínima de 55kg/m3;			
	• O produto deve atender, no			
	que cabível, as normas da (ABNT			
	NBR 13962), proporcionando			
	conforto adequado e suporte ao			
	usuário, com design que garanta			
	uma postura correta.			
	1	<u> </u>	1	ı
Valo	r total: R\$			
1				

- 2.2. Toda e qualquer alteração no objeto deste negócio jurídico será efetivada mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 2.3. As obrigações e regras previstas no edital e respectivos anexos vinculam o contratado, inclusive as seguintes exigências do objeto a serem observadas:
 - Material: estrutura em aço ou alumínio resistente.



- Ergonomia e Conforto: o modelo deve atender as normas de ergonomia (ABNT NBR 13962), proporcionando conforto adequado e suporte ao usuário, com design que garanta uma postura correta.
- Acabamento: Pintura de boa qualidade, livre de rebarbas ou defeitos,
 e com bordas arredondadas para evitar acidentes.
- Resistência: as cadeiras devem suportar até 150 kg por assento.
- Cor: a cor será preta ou outro tom escuro, conforme solicitação.
- Qualidade: o contratado deve garantir que as longarinas atendam a todas as especificações técnicas e normas de qualidade estabelecidas.
- Entrega: o contratado deve realizar a entrega dos produtos na sede da Contratante, dentro do prazo estipulado no contrato, com todos os itens devidamente protegidos e em perfeito estado.
- Montagem e instalação: o contratado será responsável pela montagem e instalação das longarinas no local especificado, com todos os ajustes necessários para garantir a estabilidade e a segurança do mobiliário.
 As longarinas não serão fixadas no piso, devendo o contratado entregar as longarinas montadas para imediato uso do público.
- Garantia: deve ser oferecida garantia mínima de 06 meses contra defeitos de fabricação, incluindo reposição de peças e serviços de manutenção durante o período. Em caso de defeitos no produto ou na instalação, 0 contratado deverá providenciar reparo dos substituição ou 0 itens sem custos adicionais contratante, dentro do prazo de 10 dias a partir da notificação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

- 2.1. O valor deste contrato é de R\$ xxxxxxx.
- 2.2. O pagamento será realizado na seguinte forma: xxxxxxx
- 2.2 O CONTRATANTE poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais, na forma da Lei 14.133/2021, em especial do seu art. 125.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência até xxxx, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da nota fiscal, tendo a Administração o prazo de até 30 (trinta dias) dias para efetuar o pagamento, desde que o documento esteja em condições de liquidação e pagamento. Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e



acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.

- **4.2.** Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal os dados bancários para pagamento.
- **4.3.** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Contratante.
- **4.4.** A critério da Administração, poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada, observado a ampla defesa.
- **4.5.** O Contratante poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço de qualquer fatura apresentada pela Contratada caso verificadas uma das hipóteses abaixo, e enquanto perdurar o ato/fato não será devido qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
- a) A Contratada deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Contratante nos termos do presente edital;
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;
- c) A Contratada retarde indevidamente a execução do objeto contratado;
- d) Débito da Contratada para com o Contratante, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos; e
- e) Nas demais hipóteses previstas neste Edital/anexos e na Lei Federal 14.133/2021 e respectiva regulamentação indicada neste instrumento convocatório.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- **5.1.** O reajuste de preços será calculado após doze meses pelo INPC (IBGE).
- **5.2**. A revisão, reajuste e a repactuação serão efetivamos conforme entendimento do TCE-MG proferido nos autos do: Processo 1121130, Consulta, Tribunal Pleno. Rel. Cons. Cláudio Couto Terrão, Deliberado em 6/12/2023.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

XXXXXXXXXX

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

- 7.1. Manter e-mail institucional devidamente atualizado para o recebimento de contrato, ata de registro de preços e demais atos oficiais do Contratante.
- 7.2. Sendo o caso, assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido neste edital.
- 7.3. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao CONTRATANTE.
- 7.4. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.
- 7.5. O recebimento dos equipamentos será provisória para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta. O recebimento dos produtos será efetivado da seguinte forma:
 - I Provisoriamente, no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos/materiais ofertados com as especificações constantes no Termo de Referência;
 - II Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, após terem sido examinados e considerados em perfeitas condições de uso.
- 7.6. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo CONTRATANTE, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- 7.7. Garantir os materiais/equipamentos contra defeitos de fabricação e também contra vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega.



- 7.8. Fornecer produto novo com boa qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- 7.9. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo contratante conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- 7.10. Substituir, no prazo máximo de 5 dias úteis, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no referido prazo, podendo o CONTRATANTE conceder prazo maior.
- 7.11. Substituir objeto quando o produto for entregue com defeito.
- 7.12. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, inclusive prevenção contra intempéries durante o transporte.
- 7.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- 7.14. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
- 7.15. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.16. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- 7.17. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- 7.18. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração;
- 7.19. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.



CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do Contratante, além da constante do art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital e as seguintes:

- 8.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;
- 8.2. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- 8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- 8.4. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;
- 8.5. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato;
- 8.6. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.
- 9.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação contratada, esta entregará documentação à а correspondente serviços aos executados que, se aceitos Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas poderá acarretar, após ampla defesa, as seguintes sanções:
- a) Advertência pelo atraso de até cinco dias úteis, e sem prejuízo da entrega do objeto.
- b) Multa de 3% até 10% do valor total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de atraso superior a cinco dias úteis ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de 5% até 10% do total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de 7% até 15% sobre o valor total ordem de fornecimento ou instrumento similar, se deixar de entregar o produto, se não prestar o serviço o serviço, ou se não executar a obra a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.



- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, $$4^{\circ}$, da Lei 14.133/2021;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5°, da Lei 14.133/2021.
- 10.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.
- 10.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

- 10.4.1. As sanções de impedimento de licitar, contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Contratante poderá ser também aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, àqueles que:
- 10.4.1.1. Retardarem a execução do pregão;
- 10.4.1.2. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- 10.4.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1. Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal 123/2006, Portaria 05/2024 da Câmara Municipal de Corinto, Princípios do Direito Administrativo, Código de Defesa do Consumidor e, subsidiariamente, Código Civil. 0 Contratante figurará como consumidor para fins do CDC, tendo em vista a natureza do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Corinto - MG.

Local e Data.

Contratante

Contratado



ANEXO IV - opcional no Pregão Eletrônico Modelo de Proposta

Processo Licitatório nº 23/2024.

Pregão Eletrônico nº 06/2024

Destinatário: Câmara Municipal de Corinto - MG.

Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor	Valor
	,			unitário	total
01	CADEIRA ESTILO LONGARINA 2				
	(DOIS) LUGARES.	unidade	05	R\$	R\$
	O produto deve atender aos				
	seguintes requisitos:				
	Cadeira tipo longarina com				
	base fixa;				
	Base fixa em formato de "Y"				
	em aço cromado com quatro				
	sapatas;				
	Encosto com estrutura em aço				
	perfurado e estofamento				
	revestido;				
	Assento com estrutura em aço				
	perfurado e estofamento				
	revestido;				
	Braço em aço cromado com				
	formato anatômico;				
	• Dimensões Aproximadas:				
	180cmx62cmx74cm;				
	• Encosto com 50cm de largura				
	x 43cm de altura;				
	• Cada assento com 40cm de				
	profundidade x 50cm de largura;				
	• As cadeiras devem suportar				
	até 150 kg, por assento;				
	• Estrutura em aço ou alumínio				
	resistente, tanto o assento				
	quanto o encosto devem ser de				
	material durável e estofado; o revestimento do assento e do				
	encosto devem ser em material				
	sintético tipo corino, na cor				
	preta, com espuma injetada com				
	densidade mínima de 55kg/m3;				



	• O produto dorro atandor				
	• O produto deve atender, no que cabível, as normas da (ABNT				
	NBR 13962), proporcionando				
	conforto adequado e suporte ao				
	usuário, com design que garanta				
	uma postura correta.				
	Marca: xxxx				
	naroa. AAAA				
02	CADEIRA ESTILO LONGARINA 3				
	(TRÊS) LUGARES.	Unidade	12	R\$	R\$
	O produto deve atender aos				
	seguintes requisitos:				
	• Cadeira tipo longarina com				
	base fixa;				
	• Base fixa em formato de "Y"				
	em aço cromado com quatro				
	sapatas;				
	• Encosto com estrutura em aço				
	perfurado e estofamento				
	revestido;				
	• Assento com estrutura em aço				
	perfurado e estofamento				
	revestido;				
	• Braço em aço cromado com				
	formato anatômico;				
	• Dimensões Aproximadas:				
	180cmx62cmx74cm;				
	• Encosto com 50cm de largura				
	x 43cm de altura;				
	• Cada assento com 40cm de				
	<pre>profundidade x 50cm de largura;</pre>				
	• As cadeiras devem suportar				
	até 150 kg, por assento;				
	• Estrutura em aço ou alumínio				
	resistente, tanto o assento				
	quanto o encosto devem ser de				
	material durável e estofado; o				
	revestimento do assento e do				
	encosto devem ser em material				
	sintético tipo corino, na cor				
	preta, com espuma injetada com				
	densidade mínima de 55kg/m3;O produto deve atender, no				
	que cabível, as normas da (ABNT				
	NBR 13962), proporcionando				
	conforto adequado e suporte ao				
	usuário, com design que garanta				
	uma postura correta.				
	Marca: xxxx				
		l .	l	l	



Valor	total:	R\$			

O proponente declara estar ciente e de acordo com o edital e respectivos anexos do Processo Licitatório, inclusive quanto as seguintes regras:

- I O objeto desta licitação deverá ser entregue e montado para imediato uso na Câmara Municipal localizada na Rua Dr. Antônio Alvarenga, 12, Centro, Corinto MG, no horário compreendido entre as 09 horas e as 17 horas, cabendo ao contratante a fiscalização do contrato no que se refere a conformidade e qualidade dos produtos entregues.
- II Forma e <u>prazo de entrega</u>: O objeto deverá ser entregue no prazo de cinco dias úteis contados da solicitação ou instrumento similar.

 III Ao Contratante reserva-se o direito de não aceitar os produtos/matérias que estiverem em desacordo com o previsto no edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades previstas na Lei Federal

14.133/2021.;

- IV A entrega do objeto deverá ocorrer em conforme estimativa realizada no instrumento convocatório e programação da Contratante;
 V Constatadas irregularidades na execução do objeto licitado, a Contratante poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, a Administração Municipal poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, a empresa contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação;
- VI Os produtos deverão ser novos, na forma produzida na fábrica; VII - Vigência desta proposta: 60 dias.

Local / Data

Nome do proponente